

Título: Plano de aprendizagem
de orientação educacional

Autor: construção coletiva

Data: 10 de outubro de 1998.

Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Departamento de Métodos e Técnicas
Disciplina: Didática 1
Professora: Maria Luiza Angelim

<i>Alunas: Ana Lúcia Asevedo,</i>	<i>96/23264</i>
<i>Divaneide Lira Lima Paixão,</i>	<i>95/23804</i>
<i>Edna Pereira L. Monroe,</i>	<i>96/35963</i>
<i>Luciana Abreu,</i>	<i>95/08961</i>
<i>Luciana A. do Nascimento,</i>	<i>96/23647</i>
<i>Luciana Dantas,</i>	<i>95/23979</i>
<i>Lucielma Araújo,</i>	<i>97/10949</i>
<i>Rita Carmelina da Rocha,</i>	<i>96/09253</i>
<i>Chaiane Ferreira,</i>	<i>96/23914</i>
<i>Vanessa Martins da Silva,</i>	<i>96/23922</i>

Plano de Aprendizagem de Orientação
Educacional
(Construção coletiva)

Brasília, outubro de 1998

Índice

➤	Concepção de Educação -----	2
➤	Plano de aprendizagem da orientação Educacional -----	3
	Construção coletiva:	
	- Objetivo geral	
	- Objetivos específicos	
	- Atividades	
➤	Histórico da Orientação Educacional -----	5
➤	Anexos -----	18
	Construção individual:	
	- Estratégias	
	- Recursos didáticos e/ou material de apoio	
	- Avaliação	

Concepção de Educação

A educação em um sentido amplo, diz respeito à existência humana, em toda sua duração e aspectos. Na sociedade todos educam a todos permanentemente, afinal é através da educação que o processo de socialização se concretiza.

Agora, num sentido mais restrito, percebemos a educação forma como um processo através do qual se tenta sistematizar o saber construído ao longo dos anos, contudo, não podemos vê-la como neutra, afinal, não existe uma educação universal, logo o ato de educar está carregado de pressupostos e ideologias e é necessário compreendê-los para uma tomada de posição.

Nossa concepção de educação não está fundamentada numa concepção de sociedade harmônica, pois nela o homem que se pretende formar é o que se adequa a suposta realidade. E, de acordo com o nosso pensamento a sociedade é conflitante e piramidal, em contrapartida o homem que queremos formar para viver nessa sociedade é do tipo crítico e não conformista, percebendo-se capaz de atuar de modo a transformá-la. Nesta perspectiva a educação talvez não seja a salvação da pátria, mas uma boa alavanca para abalar certas estruturas de poder e estratificação.

O conhecimento nesta visão é dialético, construído pelo povo e para o povo, de modo que não há saberes privilegiados. O conhecimento é construído coletivamente, respeitando-se o ritmo próprio de cada indivíduo.

O orientador educacional nesta perspectiva é o profissional que procura ter uma visão do todo para, junto aos demais profissionais da escola, melhor trabalhar as relações dentro da comunidade escolar, buscando a integração entre os sujeitos e facilitando o processo ensino-aprendizagem.

Plano de Aprendizagem de Orientação educacional

Ensino fundamental

Carga horária – 20h semanais

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Prioridades/Atividades
- Favorecer a formação do homem no processo de conhecimento de si mesmo e da realidade que o cerca, através de atividades desenvolvidas na escola e de um maior entrosamento entre todos os seguimentos da comunidade escolar. - Propõe-se, para alcançar tal objetivo, não somente atuar junto ao corpo discente, mas também conhecer e trabalhar os fenômenos da comunidade escolar, as tensões, seus conflitos, seus papéis, os modelos de interação que interferem na relação professor/aluno, através da qual o professor mediatiza a relação aluno/conhecimento - Nestes termos procura-se contribuir mas efetivamente frente aos grandes problemas da educação, tais como: evasão escolar, repetência, dificuldades de aprendizagem e outros fatores que interferem de forma significativa na melhoria da qualidade de ensino visando minimizá-los.	- Inicialmente trabalhar no sentido de diagnosticar a situação geral do estabelecimento de ensino e em especial dos alunos enquanto parte dele. - Analisar que tipo de relações acontece entre os vários seguimentos da comunidade escolar (corpo discente, docente, auxiliares educacionais, direção da escola, pais de alunos). - Obter informações sobre o conselho escolar e sua efetiva participação nas tomadas de decisão e eventuais necessidades da escola. Feito o diagnóstico, propõe-se, se necessário, trabalhar: ❖ Junto aos alunos, no sentido de: • Buscar condições para que o educando vivencie a prática de democratização e participação na comunidade escolar, de maneira efetiva e crítica; • Sistematizar o processo de acompanhamento e/ou encaminhamento do aluno que apresente necessidades específicas de aprendizagem.	- Analisar os documentos organizacionais do estabelecimento de ensino; elaborar e aplicar instrumento para coleta de dados junto à comunidade escolar; analisar os dados coletados; elaborar relatórios das atividades e análises realizadas para socializar as informações. • Estimular a participação dos alunos nos grêmios estudantis, nos conselhos, nas feiras, semanas culturais e outros eventos dessa natureza, de forma a desenvolver no alunado uma consciência crítica; • Identificar os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, observá-los em várias situações, promover encontros com pais, professores direção e alunos; programar com os

	<i>professores as atividades que serão desenvolvidas com estes alunos e seus pais, se assim for necessário; acompanhar junto a equipe escolar a performance dos alunos no decorrer do ano letivo.</i> • <i>Atuar junto a coordenação pedagógica, possibilitando ao educando o conhecimento e a valorização das diversas profissões.</i> ❖ <i>Junto aos professores, coordenadores e/ou diretores de modo a:</i> • <i>Envolvê-los nas atividades do SOE como membros ativos do mesmo.</i> • <i>Trabalhar em conjunto com a equipe escolar na adequação dos conteúdos, métodos e técnicas às características de aprendizagem dos alunos.</i> ❖ <i>Em conjunto com toda a comunidade escolar, de forma a:</i> • <i>Promover a integração da comunidade escolar no processo educativo.</i>	<i>Havendo possibilidade levar os educandos para conhecer ambientes diversos de trabalho; Promover oficinas para o trabalho montadas na escola e se possível levar profissionais da área determinada.</i> • <i>Trocar experiências e informações com membros da equipe escolar para elaboração de programas de ação conjuntos.</i> • <i>Reunir professores, diretores e coordenadores para analisar e discutir o currículo.</i> • <i>Implantar ou implementar a gestão democrática no espaço escolar, incluindo inicialmente os seguintes projetos: 1) Projeto político-pedagógico; 2) Eleição do conselho escolar.</i> <i>Auxiliar os pais quanto a identificação de dificuldades relacionadas ao processo de aprendizagem e promover atividades sociais, culturais e recreativas com palestras de pais, exposição de alunos e outros.</i>
--	--	---

Orientação Educacional – Início, Contexto e Evolução

Para caminhar pela trajetória da orientação educacional no Brasil, é preciso não só viajar pela história da educação, como também definir alguns conceitos que estão presos a questão educacional e rever, claro, as tendências pedagógicas que surgiram no Brasil, bem como o contexto sócio-político-histórico-cultural que pontilhou o surgimento das mesmas.

Quando da primeira guerra mundial (1914 - 1918), surge, em parte dos intelectuais brasileiros, um imenso sentimento de patriotismo - que leva os intelectuais a pensar no desenvolvimento do país e na educação como um meio para atingir tal desenvolvimento. Este patriotismo fez acordar um movimento intitulado "entusiasmo pela educação", que resumia-se na idéia de criar mais escolas e no dever de desanalfabetização do povo (75% da população era, em 1920, analfabeta). Este movimento ficou firme até meados dos anos 20, quando surgiu um novo movimento: "o otimismo Pedagógico" este último, defendia a melhor qualidade de ensino e estava ligado ao escolanovismo que vinha crescendo nos Estados Unidos e Europa e nesta época chegava ao Brasil.

A década de 20 foi marcada, em nosso país, pela situação de crise institucional, o Brasil deixou de ser cliente dos bancos ingleses e passou a dar preferência aos relacionamentos com os norte-americanos. A partir daí surgiram mudanças no setor cultural, a vida e os costumes desses últimos, começaram a constituir-se paradigma para boa parte dos intelectuais brasileiros. Essa influência se deu também no campo educacional e pedagógico.

No final dos anos 20, os dois movimentos, anteriormente citados, uniram-se, estendendo-se pela sociedade civil, através de conferências realizadas pela ABE (Associação brasileira de Educação, criada em 1924). Foi também em 1924 que se deu início aos primeiros trabalhos de orientação, no campo profissional, devido a Revolução Industrial.

Estes trabalhos foram instalados no Liceu de Artes e ofícios de São Paulo, pelo professor Roberto Mange, engenheiro suíço. O trabalho feito pelo engenheiro tinha o objetivo de selecionar e orientar os alunos para o curso de mecânica do referido Liceu. Convém lembrar que nos estados Unidos, estes trabalhos já vinham acontecendo, inclusive com a aplicação de testes.

Durante a Primeira República, três correntes pedagógicas organizaram-se e estiveram ligadas a interesses distintos. A Pedagogia Tradicional, que substituiu a pedagogia dos Jesuítas, embora conservando muito de seus princípios; a pedagogia Libertária, única que não teve origem nas classes dominantes e não conseguiu boas raízes nessa primeira fase; e, a Pedagogia Nova que enfraqueceu um pouco a tradicional.

A tendência tradicional, presente até hoje em escolas brasileira, não trata a sociedade como um lugar de conflitos entre classes distintas. Tem na educação bancária a crença da melhor maneira de ensinar. A relação professor - aluno é baseada no autoritarismo do professor e na submissão do aluno. Acredita que o homem nasce com uma essência e que quando a criança entra na escola deve atingir, através da educação, o modelo "adulto" que a sociedade, segundo essa tendência, determina. Não foi desde o início que esta tendência humanística teve a colaboração de um orientador educacional (O.E.), pois sua origem é anterior ao surgimento da orientação no campo educacional. Em 1934, foi implantado o SOE (Serviço de Orientação Educacional) na rede escolar, mas só em 1942, baseada em características psicológicas, é que a orientação foi oficializada por lei (n.º 4073). A ação do orientador na tendência tradicional se faz no sentido de ajustar o aluno à escola e à sociedade, ela está preocupada apenas com a formação profissional dos alunos. Os orientadores são, na concepção dessa tendência, seres cheios de qualidades, que trabalham a O.E. como sendo corretiva e eminentemente psicológica.

A tendência Libertária, que teve uma primeira influência de "Ferrer y Guardia", não teve no seu início uma boa aceitação, mas voltou a ser reorganizada nos anos 70, com a colaboração de Tragtenberg, Lobrot e Freinet. Agindo num sentido, expressamente político, essa tendência coloca as disciplinas escolares, a disposição dos alunos, mas não as exige. O professor se põe a serviço dos alunos, sem impor suas concepções e idéias. Esta tendência não admite autoritarismo, o professor é um conselheiro e sua relação com os alunos acontece de forma livre, os alunos não são transformados em objetos. Nessa tendência dialética, tem-se claro que a sociedade é dividida em classes com interesses antagônicos. A escola não é neutra, ela visa a uma transformação positiva da sociedade, pois pretende que os alunos levem para as instituições externas à escola tudo que nela aprenderam. O papel do orientador educacional se faz no sentido de dar condições para que haja uma globalização do conhecimento e que este esteja ligado a realidade vivencial do aluno.

A Escola Nova, colaboradora do sistema capitalista, também conhecida como tendência renovada progressivista, pretende levar o aluno a autonomia intelectual, tem como base teórica, as contribuições de Piaget, Brunet, Ausubel, Dewey e outros. O professor é o estimulador e o aluno é sujeito de sua própria aprendizagem. O orientador trabalha, junto aos professores e ao supervisor escolar, na seleção dos conteúdos, seus níveis de abrangência, sua seqüência e tudo que pode contribuir no desenvolvimento do aluno. Indica as mudanças ocorridas nos alunos, sugere atividades, amplia e aprofunda os conteúdos, sempre no sentido de promover o pleno desenvolvimento intelectual do aluno, que o ajudará a ter sucesso nos desafios propostos pela sociedade, sociedade esta que, segundo o escolanovismo, oferece oportunidades iguais para todos.

Os liberais acumularam força desde a década de 20, quando a Pedagogia Nova chegou ao Brasil, e já em 1932, publicaram o "Manifesto dos Pioneiros de Educação Nova", onde propunham bases pedagógicas renovadas e a reformulação da prática educacional. A tendência Renovada Progressivista, da qual já foram feitas referências e a renovada Não-diretiva que teve como principais colaboradores Carl Rogers e Neill. A Renovada não-diretiva tem no professor um especialista em relações humanas. O aluno é o centro da educação e toda intervenção é ameaçadora da aprendizagem. A escola é o local onde os indivíduos formam suas próprias atitudes, personalidade e valorização do "eu", modificando suas próprias percepções. O orientador deve sempre estabelecer relações facilitadoras em que haja crescimento mútuo dos alunos. Ele procura formar tanto no professor como nos alunos a auto-estima, o auto-conceito, respeitando formas diferentes de ser e de viver. O objetivo deste enfoque é desenvolver a liberdade e a consciência de liberdade: o homem é senhor de seus atos, portanto, capaz de fazer escolhas em qualquer situação.

Faz-se necessários lembrar que o Estado Novo(1937-1945) foi uma ditadura. E foi neste cenário de imposições que se constituíram as Leis Orgânicas do Ensino (1942-1946), também chamadas Reforma Capanema. Várias instituições foram criadas no Estado Novo, e como o Brasil continuou seu processo de industrialização, o parque industrial e a crescente urbanização reclamavam por mão-de-obra técnica, o que levou o governo a cumprir o desejo da constituição de 1937 e implantar o ensino profissionalizante. Os profissionais de educação apoiaram a decisão do governo, pois eles desejavam a melhoria das escolas, a introdução dos princípios da pedagogia nova e, principalmente, a criação do ensino técnico-profissionalizante. E desta forma, o escolanovismo canalizou forças para a implantação de uma outra tendência: A

Pedagogia Tecnicista (o culto ao tecnicismo) que se tornou teoria educacional oficial e poderosa após o golpe de 64, porém já presente na década de 40.

O papel do orientador no enfoque tecnicista é de ampliar o processo de preparação para o trabalho, informando aos alunos sobre as oportunidades e limitações do mercado de trabalho. Ele deve ajudar o aluno a conhecer suas aptidões e habilidades, suas limitações e interesses, orientando-o a fazer a escolha adequada, compatibilizando suas características às características do mercado de trabalho. O O.E. deve trabalhar aplicando testes e ajudando os professores no diagnóstico que acompanha todo o processo educativo. A orientação educacional coordena a orientação vocacional.

Na Tendência Tecnicista, o aluno que se ajusta bem as regras e as normas da escola, ajustar-se-á bem as regras e as normas sociais. A escola é o lugar onde se aprende uma profissão, por isso a relação aluno-conhecimento é mediada pela tecnologia. O professor é apenas elo de ligação entre a verdade científica e o aluno.

As funções do O.E. definidas nos textos das Leis Orgânicas do Ensino, ressaltavam os dotes individuais como determinantes da posição social. Isso fica claro na Lei 4.244, art. 81, 1942:

“É função da orientação educacional, mediante as necessárias observações, cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha de sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com sua família.”

Neste sentido o O.E. estava voltado para a área profissional, para a relação educação e trabalho. Os O.E. permaneceram nesta linha de atuação até as décadas de 70 e 80, quando os profissionais de educação começaram a perceber que deveriam dar menos ênfase aos aspectos psicologizantes e vocacionais do aluno e passaram a adotar uma postura político-pedagógica, viram que o currículo deveria ser o instrumento de trabalho de orientadores e supervisores escolares.

Em 1959 aconteceu um outro manifesto também regido por Fernando Azevedo. As diretrizes pedagógicas de caráter escolanovistas, foram, no manifesto, consideradas válidas, porém ao contrário do outro, este não se preocupou com questões didático-pedagógicas, tratou apenas de questões gerais de política educacional. Ele foi favorável

a existência de escolas privadas e públicas, mas propôs que as verbas públicas fossem destinadas somente a rede pública.

Em 1960, quando o Brasil deixou de ser predominantemente agrícola, deu-se formalmente, uma campanha de defesa da escola pública. Do ponto de vista filosófico três grupos dirigiram essa campanha: os liberais pragmatistas, os liberais idealistas e os sociólogos, entre estes últimos estava Florestan Fernandes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que ficou treze anos no congresso e recebeu mais de duzentas emendas no Senado, foi em 1961 promulgada. Ficou conhecida como Lei N.º 4024/61 e frustrou as expectativas de setores mais progressistas, principalmente porque ela garantiu igualdade de tratamento por parte do governo para as escolas públicas e particulares.

A LDB refletia as contradições e os conflitos existentes no seio da classe burguesa da época, assim, os progressistas ficaram desencantados com as possibilidades das escolas públicas trabalharem no sentido de resolver os problemas nacionais. Dessa forma, os estudantes universitários entraram de corpo e alma em campanhas de educação popular.

Toda essa movimentação fez surgir uma nova tendência: A Libertadora. Essa tendência foi desencadeada tanto pelos intelectuais jovens, como por alguns políticos que estavam precisando da população na participação política do país, e não havia por parte destes últimos, uma preocupação, desinteressada e justa, como a promoção da cultura popular, como eles tentavam apregoar.

A nova Lei foi aceita pelos orientadores que tinham recebido vários incentivos governamentais. Esses incentivos vinham acompanhados de idéias oficiais sobre a educação. Quanto a orientação educacional, a lei destaca duas áreas de atuação: a orientação vocacional, que limitava-se a identificação das aptidões e ao uso de testes psicológicos, como meios de identificá-las. E a área de estudos, vista como adaptadora dos métodos de ensino e das atividades escolares às peculiaridades dos alunos.

Na Tendência Libertadora, a relação entre professor e aluno dá-se num plano horizontal, onde educador e educando são sujeitos do ato de conhecimento e o professor age como um animador vigilante que não admite autoritarismo. Não é próprio desta pedagogia falar em ensino escolar, pois é de atuação não formal, uma vez que o seu próprio inspirador e mentor – o grandioso Paulo Freire – a propôs como método de educação popular e em especial para adultos, embora, muitos educadores tenham tentado aplicar esse método com crianças e em escolas convencionais.

Os conteúdos de ensino são extraídos da problematização da prática de vida dos educandos. Paulo Freire não deixou de enfatizar o caráter político de sua pedagogia, que procura construir a aprendizagem do grupo de estudo – educador e educando – através do diálogo, assim a forma educativa é o “grupo de discussão”. A auto-avaliação é feita em termos de compromissos assumidos com a prática social. O O.E. age, neste enfoque, da mesma forma que na Tendência Libertária e na Crítico social dos conteúdos.

A reforma do ensino superior pela Lei N.º 5540 de 28/11/68, em seus artigos 26 e 30, e o parecer n.º 252/69, que regulamentava esses artigos, estatuíram que, além da formação dos professores para o ensino normal, também a dos especialistas para as funções de orientação, supervisão, administração e inspeção escolar, seria feita nos cursos de graduação em Pedagogia. Assim, o curso de Pedagogia multiplicou-se desordenadamente em todo o país. O parecer não agradou um bom número de O.E. preocupados com a qualidade do profissional. Pois, antes do parecer a entrada em curso de Orientação Escolar exigia que o candidato já fosse licenciado e tivesse três anos de magistério. Porém de todas as habilitações regulamentadas pelo parecer 252/69, foi a orientação educacional a única “beneficiada” pela legislação brasileira:

- Em 1968, o então presidente General Costa e Silva, sancionou a Lei N.º 5564, de 21/12/68, que previa sobre o exercício da profissão de O.E. nos seis primeiros artigos. A referida Lei foi regulamentada em 25/09/73 pelo decreto n.º 72846, de 26/11/73.

- A Lei n.º 5692, de 11/08/71 que regulamentou a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, também consagrou, no art. 10, a orientação educacional instituindo-a como obrigatória. Porém não inovou em relação a legislação anterior limitando-se a prescrever:

“Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional incluindo Aconselhamento Vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade.”

Percebe-se ao analisar o conjunto da Lei que o legislador citou a expressão “Orientação Educação”, mas ao enfatizar apenas área vocacional, colocou-a numa perspectiva reducionista direcionando o O.E. a um desempenho principalmente vocacional, de sondagem de interesses e aptidões.

Esse caráter profissional contido na Lei 5692/71, deve-se ao objetivo da formação de mão-de-obra para o mercado ocupacional, que se tornou vasto, principalmente, nos

primeiros anos da década de 70. Neste contexto a orientação educacional foi convocada a participar do aceleração econômico, nesta perspectiva ela contribuiu para a manutenção da estrutura social de classe, pois trabalhou no sentido de encaminhar os alunos mais carentes para o 2º grau profissionalizante e os mais privilegiadas para a universidade.

No final dos anos 70 a orientação educacional ainda caminhava apoiada nos aspectos psicologizantes da profissão, mas foi ganhando, aos poucos, uma nova visão – a sociológica – que procurava levar em consideração os fatores sócio-econômicos como determinantes capazes de explicar as escolhas e opções realizadas pelos alunos e que acompanhou a orientação educação desde seu início, mas teve um momento marcante no VI Congresso Nacional de Orientadores Educacionais em 1979, na cidade de Belém.

Já pela Lei n.º 7044/82, a “qualificação para o trabalho”, proposta pela Lei n.º 5692/71, foi substituída pela “preparação pelo trabalho”. O 2º grau ficou livre da profissionalização obrigatória e, também sem caracterização própria. Essa lei criada pelo General Figueiredo, foi não só o reconhecimento público da falência da política educacional da ditadura militar, como também, foi um exemplo de reconhecimento tardio do abismo que se formara entre o governo e todos os setores sociais.

A partir de 1979, com a anistia política e, principalmente, a partir de 1982, com as eleições diretas dos governadores dos Estados o clima de liberdade e de movimentação teórica consideravelmente, gerando um saldo teórico muito rico no campo educacional, sobre o qual podemos citar os trabalhos de Demerval Saviani que explicitou as insuficiências das teorias pedagógicas liberais ou não-críticas e foi além das crítico-reprodutivistas. Dessa última Saviani diz ser colaboradores: Althusser, Baudelot, Establet, Bourdieu e Passeron.

Um importante texto publicado, no início dos anos 80, por José Carlos Libâneo, influenciou grande parte do professorado. Nesse trabalho, Libâneo classificou as tendências pedagógicas pelo caráter ideológico-político e didático das mesmas, assim, agrupou as pedagogias em dois conjuntos: Liberais (Tradicional, Renovada Progressivista, Renovada Não-diretiva, Tecnicista) e Progressistas (Libertadora, Libertária e Crítico-social dos conteúdos). Ele situou-se como partidário da Pedagogia Crítico-social dos conteúdos, denominação criada pelo próprio Libâneo para uma prática político-pedagógica articulada com outros movimentos sociais, na sociedade Capitalista, direcionando-se a uma nova forma de vida – a sociedade Socialista.

A tendência Crítico-social dos conteúdos, como se refere Libâneo, é marcada por sua filosofia dialética. Como as tendências libertária e libertadora, esta também percebe a sociedade dividida em classes que se opõem e que se fazem necessárias pelo sistema capitalista que a rege. Propõe um O.E. que seja um ser político e com ação centrada no contexto, assumidamente político-pedagógica. O O.E. deve influir para que haja situação de aprendizagem que possibilite a globalização do conhecimento. Deve também participar do planejamento curricular para que haja uma educação para o trabalho e pelo trabalho. O O.E. que trabalha sob este enfoque percebe a educação como parte do contexto sócio-econômico-político-cultural. Ele faz a mediação escola-família. A discussão em grupo que o O.E. faz com os pais dos alunos vai evoluindo e aproximando cada vez mais a escola e a família até o momento em que ela (a família) participa das decisões quanto o currículo, conteúdos, critérios de avaliação e tudo que diz respeito aos seus filhos.

O conteúdo parte do mundo do aluno, valorizando seu saber e na relação professor-aluno ambos se educam. Cabe a escola ajudar o aluno a sair do seu universo de senso-comum para uma concepção mais elaborada de mundo. A escola é vista como único canal disponível para alunos das classes populares terem acesso ao saber valorizado pela sociedade. O aluno é visto como um ser real, que vive num tempo e num espaço determinado. E é a partir deste aluno real que o professor elabora o planejamento.

O professor é dirigente do processo educativo. Ele intervém na educação dos alunos para de forma crítica ajudá-los a compreender as realidades sociais e suas próprias experiências. Assim, o objetivo desta tendência é tornar o aluno um crítico-pensador da realidade, para detectar as injustiças e diferenças que nela circulam, e dar-lhe meios para, de acordo com suas expectativas, modificar essa realidade.

Percebe-se ao longo da história da educação brasileira que a orientação educacional sempre esteve, e ainda continua em parte, voltada para o campo vocacional, relativo apenas a profissão como determinante da ascensão social.

A Lei Darcy Ribeiro (Diretrizes e Bases da Educação nacional) n.º 9394, de 1996 só faz referência a orientação educacional no que respeita sua formação:

“A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou

em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação a base comum nacional.” (art. 64).

Este é o único artigo que cita a orientação educacional, não foi escrito nada quanto a obrigatoriedade desse profissional em escolas públicas ou privadas.

Quanto a essa obrigatoriedade a Lei Orgânica do Distrito Federal (1993), traz no artigo 228, o seguinte:

“É dever do Poder Público garantir o serviço de orientação educacional, exercido por profissionais habilitados, nos níveis de ensino fundamental e médio da rede pública.”

De um modo geral, as leis que dizem respeito a educação estão sempre preocupadas com a relação educação e trabalho e trazem nas entrelinhas uma idéia de que a escola é o prolongamento do lar, onde os alunos terão assistência médico-odontológica, alimentação, lazer e tudo que precisam para sentirem-se “bem” no ambiente escolar, mas por trás de todas estas “vantagens” que a escola oferece está o objetivo governamental capitalista de desviar a escola da sua função primeira que é ensinar a ler, escrever e contar.

Reflexões feitas a partir da década de 80, deram indicativos de que passados quase 60 anos, desde a implantação da orientação educacional, os mesmos problemas ainda persistem, a saber: necessidade, importância, área de atuação e atribuições da orientação educacional do processo educativo.

Histórico-documental da Orientação Educacional no Distrito Federal

Uma pesquisa documental desenvolvida pelo MEC/INEP procurou “resgatar” a trajetória da orientação educacional no DF, através das análises dos documentos constatou-se que a orientação educacional esteve sempre presente no Sistema Oficial de Ensino, porém sua abrangência foi definida pelas políticas educacionais em face as disponibilidades de recursos humanos.

Entre 1960 e 1969, a orientação educacional estruturou-se nos estabelecimentos de ensino médio, como um serviço de assistência enfatizando ora o aconselhamento individual, ora a formação profissional do educando. Ao final da década ela passou a trabalhar numa abordagem preventiva enfatizando a formação educativa do aluno.

A característica principal da O.E. na década de 70 foi a sistematização do Serviço de Orientação Educacional, através de projetos coordenados por uma equipe da Fundação Educacional.

Em 72, com a implantação da Lei n.º 5692/71 a área vocacional/profissional ganhou mais força. Em 74, realizou-se a primeira experiência de orientação em nível do ensino de 1º grau, em Brazlândia.

Em 77 foi realizado o primeiro concurso para orientador educacional. 100 profissionais foram admitidos. Em decorrência do ingresso desses novos profissionais, foi elaborado, pela equipe da FEDF, o Projeto Básico de Orientação Educacional para orientar as ações a serem realizadas de 5ª a 8ª do 1º grau e nas séries do 2º grau. De acordo com este projeto os orientadores deviriam atuar:

- Em ação integrada com o currículo escolar;
- Junto ao corpo discente, visando obter maior produtividade e ajustamento escolar.

Momentos significativos aconteceram na década de 80. Foi implantado na FEDF o Projeto de Orientação Educacional (PEC – 1980/83) que estabeleceu uma nova sistemática, norteando e limitando o campo de ação dos profissionais.

Até o ano de 1986, a orientação educacional só atendia aos últimos anos de 1º grau e ao 2º grau, mas com a sistematização da orientação educacional no currículo escolar, e a decisão política-administrativa da FEDF, passou a atuar também nas séries iniciais do 1º grau. O interesse, agora, era procurar reduzir as altas taxas de evasão e reprovação escolar, assumiram, assim, uma atuação baseada na Pedagogia Crítico Social dos conteúdos.

O espírito de luta e a preocupação de estar sempre buscando uma fundamentação teórica, tem sido, segundo as pesquisas, uma constante, especialmente em se tratando de dar cumprimento à obrigatoriedade da orientação educacional nas escolas públicas do DF.

Sobre a ação do orientador educacional, os dados apontam que o orientador vem atendendo às expectativas da escola no que diz respeito ao atendimento a alunos com problemas, mas especialmente vem atuando nas questões relacionadas ao processo

ensino-aprendizagem, quando investiga a situação de aprendizagem dos alunos, assessora pedagogicamente os professores, participa de reuniões de pais e professores, inclui as ações da orientação educacional no plano de ação da escola. Dentre outras ações.

De acordo com a opinião de 95,2% dos profissionais da equipe escolar, o trabalho do orientador educacional contribui para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, de fato, ao atuar em conformidade com os pressupostos teóricos e metodológicos da proposta, o orientador educacional pode influenciar nas ações da escola e estar presente nos diferentes momentos do processo ensino-aprendizagem.

Esta pesquisa também teve a preocupação de avaliar o Documento Orientação Pedagógica n.º 10. Chegaram a conclusão de que o documento serviu de suporte para a ação do orientador educacional, por ser claro quanto ao papel do orientador e por apresentar uma diretriz para o trabalho. Este documento também foi norteador das discussões com outros profissionais sobre o que deveria ser a ação do orientador.

Uma detalhada análise das dificuldades encontradas para a implementação da proposta contida neste documento, demonstra que houve uma predominância de dificuldades relacionadas ao contexto, ou seja, relativas à organização do trabalho escolar onde a preponderância do administrativo sobre o pedagógico, a existência de turno intermediário e as condições gerais de trabalho foram apontadas com expressiva incidência.

Um ponto básico da proposta é o trabalho coletivo e a pesquisa indicou que a dificuldade de maior incidência nas escolas foi a resistência ao trabalho coletivo. Além da falta de incentivo profissional, da precariedade das condições do trabalho, a falta de experiências para trabalhar junto as séries iniciais e a formação deficiente em face as exigências de realidade ainda foi apontado como dificuldade a ausência da família na educação dos filhos e as condições socioeconômicas e culturais das famílias.

De um modo geral conclui-se que os resultados dos estudos sobre as Legislações bem como os trabalhos teóricos atestaram a dinamicidade da área de orientação educacional e as suas possibilidades de ação e influências nos avanços da educação